

**INSERÇÃO SOCIAL DO TRABALHO: UM ESTUDO ACERCA DOS REMANESCENTES  
QUILOMBOLAS DA COMUNIDADE BOA SORTE DA CIDADE DE VERDELÂNDIA -  
MINAS GERAIS**

**INSERT SOCIAL WORK: A STUDY ABOUT THE REMAINING COMMUNITY  
QUILOMBOLAS GOOD LUCK CITY VERDELÂNDIA - MINAS GERAIS**

*Eliane Alves Nascimento<sup>1</sup>*

*Anites Ferreira Antunes Silva<sup>2</sup>*

*Viviane Bernadeth Gandra Brandão<sup>3</sup>*

**RESUMO**

O presente artigo aborda a problemática atual, acerca da inserção social do trabalho dos remanescentes quilombolas da Comunidade Boa Sorte do município de Verdelândia-MG, propondo problematizar essa questão. Diante da realidade social da referida comunidade, busca-se por meio dessa pesquisa, analisar o processo de inserção social do trabalho dos jovens remanescentes quilombolas, identificando seu perfil socioeconômico, suas condições de trabalho e as causas que os levam a terem dificuldade na inserção ao trabalho. Ademais, considerando que a educação escolar influi sobremaneira para a melhoria das condições de vida da população, esse estudo objetiva verificar a percepção dos jovens com relação à educação ofertada para a comunidade. Essa pesquisa justifica-se por ampliar o debate acerca dessa problemática social, buscando conhecer o contexto social da comunidade e entender as causas da migração temporária, da maioria dos jovens da comunidade para os grandes centros urbanos, com vistas a acrescentar dados e informações a própria comunidade, professores e pesquisadores interessados nessa temática. O estudo caracteriza-se como exploratório e descritivo de revisão sistemática e pesquisa de campo, desenvolvida no município de Verdelândia/MG. Utilizou-se a observação simples e sete (07) entrevistas semi-estruturadas, com os remanescentes quilombolas, da comunidade de Boa Sorte. O estudo em questão poderá propiciar uma reflexão à sociedade acerca dos obstáculos dos jovens da comunidade a inserção social do trabalho destes, e as dificuldades enfrentadas por eles ao acesso a educação e a geração de renda.

**Palavras-Chave:** Inserção social. Trabalho. Remanescentes Quilombolas.

**ABSTRACT**

This article discusses the current issues concerning the social integration of the work of quilombo remnants of Boa Sorte Community in the county of Verdelândia-MG, proposing solve this issue. Faced with the social reality of that community, this research seeks to analyze the process of social integration of the work of quilombo remnants young people, identifying their socio-economic profile, their working conditions and the causes that lead them to have difficulty in the insertion to work. Furthermore, considering that schooling greatly influences to the improvement of people's living conditions, this study aims to to verify the perception of youth in relation to the education offered to the community. This research is justified to broaden the debate about that social problems, seeking to know the community's social context and understand the causes of temporary migration of most of the local youth to large urban centers, in order to add data and information to

<sup>1</sup> Bacharel em Serviço Social pelas Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte. E-mail: elianeantunes@outlook.com.

<sup>2</sup> Bacharel em Serviço Social pelas Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte. Trabalha na Escola Estadual Deputado Plínio Ribeiro. E-mail: anitesantunes@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestranda em Estudos Culturais Contemporâneos pela Universidade Fumec, assistente social, especialista em saúde mental e atenção psicossocial, professora do curso de Serviço Social nas Faculdades Integradas do Norte de Minas - Funorte e da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes

the community itself, teachers and researchers interested in this topic. The study is characterized as exploratory and descriptive systematic review and field research conducted in the county of Verdelândia-MG. Simple observation and seven (07) semi-structured interviews with quilombo remnants of Boa Sorte Community were used. The study in question can provide a reflection of society about the obstacles of young people in community to social inclusion of their work, and the difficulties faced by them to access education and income generation.

**Keywords:** Social inclusion. Work. Remaining Quilombo.

## INTRODUÇÃO

Ao longo do período escravagista, foram formados diversos quilombos em todas as regiões do Brasil, sendo que esses grupos se constituíram a partir de vários processos de dominação, que escravizaram os negros vindos da África. O termo quilombo<sup>4</sup> é de origem angolana e trata-se das aldeias escondidas no meio da mata, em locais inacessíveis, como grotões ou no alto das montanhas, que abrigavam os escravos que se rebelavam contra o sistema de escravidão e fugiam das casas de família e fazendas de engenho, a fim de buscar refugio e a liberdade.

Segundo Silva (2012), atualmente esse termo é associado à categoria de identidade e é definido como comunidades negras e mestiças, visto que não se refere mais aos resquícios de uma apropriação temporária ou de comprovação biológica, ou se trata de agrupamentos isolados e de característica iguais. Passando a ser definidos como grupos que realizam práticas cotidianas de resistência, preservação e reprodução de seus modos de vida.

Apesar, da história brasileira recente, ter sido contada como se os negros não possuíssem nenhuma capacidade de ação e resistência, nota-se que a formação dos quilombos já demonstrava uma forma de organização e luta dos negros pelo direito de serem reconhecidos como “libertos” e contra a dominação da sociedade escravocrata.

O quilombo constitui questão relevante desde os primeiros focos de resistência dos africanos ao escravismo colonial, reaparece no Brasil/República com a Frente Negra Brasileira (1930/40) e retorna à cena política no final dos anos 70, durante a redemocratização do país. Trata-se, portanto, de uma questão persistente, tendo na atualidade importante dimensão na luta dos afro descendentes. Falar dos quilombos e dos quilombolas no cenário político atual é, portanto, falar de uma luta política e, consequentemente, uma reflexão científica em processo de construção (LEITE, 2000, p. 333).

Nesta perspectiva, para Tubaldini e Diniz (2011) a noção de comunidade remanescente quilombola, deriva do sentimento de pertencimento a um território que vem da descendência, convívio e laços de parentela, simbolizados pela família, religião, etnia, tradição e cultura. Todos

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.significados.com.br/quilombo/>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

conservam alguns direitos comuns e mantêm laços de amizade e solidariedade. No Brasil, a maioria dessas comunidades é rural e são relacionadas ao campesinato negro habitante dos “sertões”, das serras e dos vales interioranos.

A expressão “comunidade remanescente de quilombos”, no início do processo constituinte, era pouco conhecida”. Ela passou a ser vinculada no Brasil principalmente no final da década de 1980 para se referir as áreas territoriais onde passaram os africanos e seus descendentes no período de transição, que culminou com a abolição do regime de trabalho escravo, em 1888. A organização das comunidades quilombolas resultou na consciência de seus direitos.

Assim sendo, Brasil (2007) define comunidades remanescentes quilombolas, como grupos sociais de identidade étnica distinta do restante da sociedade, e que se formaram a partir de uma diversidade de processos desde o período escravocrata até os dias atuais. Caracterizam-se pelo costume do sistema de utilização comum de suas terras, num espaço coletivo, por meio de normas consensuais as várias famílias que formam a comunidade, através de relações de ajuda mútua e solidariedade.

Importa salientar, que embora a Constituição Federal de 1988 tenha assegurado o direito á propriedade definitiva das terras ocupadas pelas comunidades quilombolas, somente em 20 de novembro de 2003 que o Decreto nº 4.887 definiu quem pertencia a essas comunidades. Essas comunidades quilombolas passam a ter a posse definitiva dos seus territórios, a partir do processo de regularização fundiária com a certificação, que é de responsabilidade da Fundação Cultural Palmares – FCP<sup>5</sup>, vinculada ao Ministério da Cultura (BRASIL, 2012).

Apesar dos avanços conquistados, percebe-se ainda há muitos desafios a serem enfrentados por essas comunidades, visto que são grupos marcados por precárias condições socioeconômicas relacionadas à escassez de políticas públicas, bem como a falta de documentação para comprovação de posse da terra, o desconhecimento de seus direitos, desemprego e a falta de escolaridade, que é um dos principais obstáculos à melhoria das condições de vida desse segmento populacional.

Corroborando, Costa e Oliveira (2010) confirmam que algumas comunidades quilombolas localizadas no Norte de Minas, são reconhecidas como remanescentes de quilombos pela Fundação Cultural Palmares, de acordo com o Art. 68 dos ADCT<sup>6</sup>. Porém, outras ainda não são emancipadas e vivem processos sociais discriminatórios e excludentes, pois não tem acesso aos benefícios sociais disponibilizados pelo governo federal. Além disso, alguns grupos são criminalizados em suas lutas pelo direito aos seus territórios tradicionais e pelo uso dos recursos naturais dessas terras.

---

<sup>5</sup> FCP - E um órgão federal do Ministério da Cultura que tem objetivo de promover e preservar a cultura afro Brasileira. Essa fundação é comprometida em combater o racismo promovendo a igualdade, valorização, difusão e preservação da cultura negra. Disponível em: <[www.paumares.gov.br/?page\\_id=95](http://www.paumares.gov.br/?page_id=95)>. Acesso: 27 mar. 2015.

<sup>6</sup> O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, art. 68, determina a regularização dos territórios quilombolas e protege suas culturas. Disponível em: <<https://quilombos.wordpress.com/legislacao/>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

Diante do exposto, a presente pesquisa aborda a inserção social do trabalho dos remanescentes da comunidade quilombola de Boa Sorte em Verdelândia/MG, com objetivo de compreender os limites e desafios para esta inserção, por tratar de uma população que é marcada pela exclusão social. Para tanto, tem-se como questão norteadora desse estudo, quais as causas determinantes da dificuldade desta inserção no mundo do trabalho, sob a ótica da falta de acesso à educação.

Neste sentido, percebe-se a importância do trabalho para que o indivíduo alcance sua emancipação, visto que, conforme Marx (1990) é por meio do trabalho que o sujeito se realiza, ou seja, é na própria busca de um sentido para a vida, que socialmente é construída pelos seres sociais para sua auto-realização individual e coletiva. O trabalho é, pois uma categoria própria do homem, que não se encontra na natureza.

O trabalho na sua dimensão de direito social é fundamental ao homem, visto que está relacionado ao conceito de dignidade humana. No Brasil o direito e a valorização do trabalho estão repetidamente enfatizados na Constituição Federal de 1988, que passou a prever o direito ao trabalho, ou seja, de trabalhar ou ter um trabalho que possibilite obter uma vida digna.

Braga (2011) ressalta a relação direta da educação com a inserção social, e para que o trabalho seja matéria de autovalorização e crescimento pessoal. Além de que, a educação é a resposta para a transformação do trabalho alienado, em uma ocupação consciente e prazerosa, permitindo que não haja distinção entre a interação da atividade laborativa e a satisfação pessoal. Nestes termos, a Constituição Federal de 1988, no artigo 205 dispõe que “a educação, é direito de todos e dever do Estado e da família, (...) visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Segundo Martins (1997) a modernização agrícola, as grandes lavouras de produção para exportação e a transformação de áreas de agricultura em pastagens, bem como a mecanização e a alta tecnologia no campo, tem gerado uma mão-de-obra excedente de trabalhadores rurais, que sem ocupação, migram para outras regiões em busca de trabalho.

Não obstante, que o clima semi-árido e a seca no Norte de Minas, comprometem grande parte das pequenas lavouras e a criação animal, dos pequenos produtores rurais, também, o estabelecimento na região de grandes empresas de produção de alimentos acarretou na precarização e diminuição dos postos de trabalho no campo. Araujo (2009) afirma que diante desse contexto, o trabalhador rural se vê obrigado a migrar temporariamente, ora os jovens para trabalhar em outras regiões de cultivo de café e cana de açúcar, dentre outros, ora as jovens que saem para trabalhar como domésticas em grandes centros como, Belo Horizonte e Brasília, etc. Às vezes essa migração sazonal passa a ser definitiva, e toda a família se desloca para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida.

Percebe-se, que um dos principais fatores que contribui para esse fenômeno é a baixa escolaridade, pouca qualificação profissional e formação educacional adequada, ocasionada pela precariedade da educação local, especialmente, da maioria dos jovens remanescente quilombolas. Uma das formas de superação desse problema social segundo Freire (1987), se dará por uma educação que fortaleça as mudanças e a liberdade, que seja problematizadora, emancipadora e se faça num esforço permanente na qual, as pessoas vão se percebendo criticamente e sejam capazes de pensar, questionar, refletir e atuar na sua realidade.

Em face dessa problemática social, é de suma relevância ampliar os conhecimentos e o debate sobre essa questão atual, tendo em vista, buscar entender os motivos que levam a evasão escolar de grande parte dos jovens remanescentes quilombolas, bem como a migração destes para os grandes centros urbanos.

Apreende-se a relevância desse estudo por estender esse debate para o meio acadêmico, especialmente na área social, acrescentando dados e informações aos professores e pesquisadores interessados nessa temática. A referida pesquisa, também poderá propiciar uma reflexão à sociedade, sobre as dificuldades enfrentadas pelos jovens da comunidade, tendo em vista a inserção social do trabalho, bem como poderá esclarecer e orientar os próprios sujeitos participantes dessa análise, acerca de seus direitos e de sua cultura, etc.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

O interesse e delimitação do tema ocorreram mediante motivação pessoal e curiosidade acadêmica, acerca da inserção social do trabalho dos remanescentes quilombolas da comunidade Boa Sorte no município de Verdelândia /MG. A primeira fase desse estudo realizou-se por meio de uma pesquisa bibliográfica, baseando-se em materiais já produzidos sobre o tema, como livros, artigos científicos, documentários e internet (GIL, 2002).

Foi realizado um estudo exploratório e descritivo de revisão sistemática e de pesquisa de campo, objetivando estudar o processo de inserção social do trabalho dos remanescentes da comunidade de quilombola supracitada (TRIVIÑOS, 1987).

O interesse em conhecer a realidade da inserção social do trabalho dos remanescentes da comunidade de quilombola de Boa Sorte na Cidade de Verdelândia-MG instigou uma pesquisa qualitativa, com a observação e análise dos dados e do ambiente onde o fenômeno ocorre, realizando uma coleta de dados descritivos, traçando assim o perfil de cada protagonista e trabalhando os valores, crenças, opiniões, atitudes e representações envolvidas no fenômeno.

O estudo é de revisão teórica e de pesquisa de campo, que se utilizou da entrevista semi-estruturada. A pesquisa de campo desenvolveu-se na comunidade remanescente quilombola de Boa

Sorte, localizada no município de Verdelandia/MG. O município de Verdelandia<sup>7</sup> está situado no Norte do Estado de Minas Gerais, possui uma população de 8.350 habitantes, uma área territorial de 1.570,6 km<sup>2</sup>, distante da cidade pólo de Montes Claros, cerca de 180 quilômetros. Limita-se com os municípios de Janaúba, Jafba, Varzelândia e de São João da Ponte. A principal atividade econômica do município se baseia na agropecuária, destacando a criação de gado e cultivo de banana. Verdelandia também é conhecida por alguns conflitos pela posse da terra que ocorreram na antiga Cachoeirinha. O município foi emancipado em 22 de dezembro 1995, pela Lei Estadual nº 12030.

A referida pesquisa levantou informações através de sete (07) entrevistas semi-estruturadas, formuladas com roteiros contendo cinco (05) perguntas, sendo três (03) questões fechadas e duas abertas. Foram selecionados aleatoriamente, 06 (seis) participantes, sendo todos remanescentes da comunidade quilombola de Boa Sorte, observando as idades entre 18 (dezoito) e 30 (trinta) anos, e também foi entrevistado um dos representantes da comunidade. Os roteiros das entrevistas semi-estruturadas foram elaborados pelas pesquisadoras e aplicados pessoalmente na comunidade, no mês de julho de 2015.

Os entrevistados assinaram o termo de compromisso, consentindo em colaborar com esse estudo, sendo assegurado aos sujeitos participantes da pesquisa o anonimato. Assim, foram utilizados codinomes RQ1, RQ2, RQ3, RQ4, RQ5, RQ6 e RQ7 para identificar os remanescentes quilombolas entrevistados.

Por se tratar de uma pesquisa que envolve seres humanos, o projeto foi submetido ao Comitê de Ética das Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNORTE e aprovado sob o parecer nº 1.145.902 com data relatoria de 27 de junho de 2015.

Os dados coletados tiveram os conteúdos categorizados e transcritos, após uma análise crítica e reflexiva das respostas das entrevistas, interpretando as subjetividades presentes e o significado das falas, possibilitando às pesquisadoras se familiarizarem com o objeto de pesquisa.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A partir da Constituição Federal do Brasil de 1988 e especialmente, nas últimas duas décadas a temática quilombola, tem tido uma maior visibilidade. A questão das comunidades de descendentes dos quilombos, os conflitos e a luta dos movimentos sociais e grupos remanescentes pela posse de suas terras, apresentam-se no cenário político brasileiro, como uma problemática de grande relevância. Leite (2000) aponta para as inúmeras reivindicações, de grupos organizados em prol do direito de permanecer e de ter o reconhecimento legal das terras habitadas, bem como de exercer livremente suas práticas, crenças e valores.

---

<sup>7</sup> Disponível em: <<http://www.cidade-brasil.com.br/municipio-verdelandia.html>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

A promulgação de Leis voltadas para essa população assegura a proteção, defesa e garantia dos direitos dos povos tradicionais. O governo brasileiro tem decretado a demarcação de diversos territórios quilombolas e a partir da ação de regularização do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA e do processo administrativo de identificação e registro dessas comunidades, realizado pela Fundação Cultural Palmares é emitido a certificação<sup>8</sup> de auto-definição dos remanescentes quilombolas. A saber, a certificação facilita o acesso dessas comunidades as políticas públicas e benefícios sociais, destinados a essa população supracitada.

Segundo o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva – CEDEFES (2008), existem no Estado de Minas Gerais aproximadamente quatrocentos (400) comunidades remanescentes quilombolas, sendo que a maioria está localizada na zona rural. No Norte de Minas, uma das comunidades mais importante é o Brejo dos Crioulos, formado por seis núcleos populacionais, distribuídos entre os municípios de Varzelândia, São João da Ponte e Verdelandia.

Nesta perspectiva, realizou-se a presente pesquisa, no dia 19 de julho de 2015, na comunidade rural, remanescente quilombola de Boa Sorte, município de Verdelandia/MG, com seis (06) jovens quilombolas, de dezoito (18) a trinta (30) anos de idade, tendo em vista, obter dados referentes ao contexto socioeconômico dos remanescentes quilombolas, suas condições de trabalho e a importância da educação para estes, na inserção social do trabalho.

A comunidade de Boa Sorte está localizada a 3 km de Verdelandia, sendo que a população local é composta por cerca de vinte (20) famílias descendentes de quilombolas, que mantém as tradições, cultura, crenças e o modo de vida de seus antepassados.

Durante a coleta de dados, observamos que os moradores da comunidade são bastante acolhedores, tranquilos e alegres. Uma parte significativa da população local é composta por crianças. As casas são bem antigas e simples, construídas em alvenaria e possuem banheiro sanitário. Ainda na comunidade, existe um local próprio para sediar a associação, e abrigar as reuniões mensais dos moradores. A localidade conta com água da rede pública e energia elétrica, além do acesso a rede de comunicação.

Contudo, o espaço físico comunitário ainda conserva as mesmas características históricas dos quilombolas, com um amplo “terreiro” de chão batido para a realização das festividades tradicionais, como as festas dos santos padroeiros e a “dança do pilão”, etc. Também observamos que a renda dos habitantes da comunidade, provém das aposentadorias (Previdência Rural), da agropecuária com o cultivo de milho, mandioca e vários tipos de verduras e hortifrutos etc., bem como, da fabricação de farinha e da criação de bovinos, suínos e aves, que também são destinadas ao consumo próprio.

---

8 A certificação obedece a norma específica desse órgão (Portaria da Fundação Cultural Palmares nº 98, de 26/11/2007 Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/estrutura-fundiaria/quilombolas>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

Todavia, a comunidade de Boa Sorte ainda depende da regularização do INCRA e do processo de identificação da FCP para obter sua certificação de auto-definição. Diante disso, consideramos importante acrescentar a essa análise o depoimento de um dos representantes da comunidade, que evidenciam a ligação ancestral da população local com os escravos refugiados dos quilombos.

Vou contar a historia daqui pro cês: uni cacho chegou aqui pra não ser cativoiro, saiu de Salina de Taiobeiras. Também pra não ser cativoiro saiu Chico Moreira, Francisco Pereira Lima lá do Sapé, chegou aqui com três anos avistou uma índia fugiu mais ês, chegou lá casou e voltou pra aqui, pra essas terras, chegou tomou conta aqui com idade de quinze anos, aturou cento e dez anos de trabalho e morreu com cento e vinte cinco anos. Já o meu avô que era o pai de mamãe nasceu e criou aqui, morreu com cento e vinte anos, ele comprou 16 mirreis de terra aqui na mão de Dão Pedro Segundo, ai ele comprou o medidor de terra e mediu a terra aqui pra ele. Chico Moreira comprou 16 mirreis, o Francisco Pereira Lima comprou 16 mirreis aqui nessa terra. Os grumessor chegou e mediu, deixou escrito aqui: aqui só servia pra negro, égua e carrapato. Mas hoje nem negro nem égua e nem carrapato esta ficando aqui. Os branco chegou e tomou tudo, porque os negros está tudo aqui jogado pros mato. Papai nasceu e morreu aqui, sou filho dele já tô com setenta e seis anos, mamãe foi mãe de vinte e um filho, mais aturou só seis, e desses seis filho já morreu dois, e só tem quatro, desse quatro (...). Eu tive doze filho morreu três e, e ficou nove, tenho trinta e quatro neto e vinte e um bisneto. (RQ7).

Apesar do esforço dos habitantes, em organizar a documentação necessária a regularização e certificação da FCP, um dos principais fatores que dificulta, o andamento do processo é a baixa escolarização dos representantes da comunidade. Colaborando, Silva *et al.* (2011) propõem que o Estado promova ações educacionais, apoiadas na cultura quilombola, a fim de formar lideranças quilombolas, e mobilizar os diversos sujeitos envolvidos na execução de programas sociais voltados para as demandas dessas comunidades

Para o presidente da Associação dos Produtores Rurais da Comunidade de Boa Sorte<sup>9</sup>, a falta do reconhecimento legal dos órgãos competentes, é um dos principais entraves ao desenvolvimento da comunidade. Para ele, o difícil acesso da comunidade às políticas públicas, desestimula os moradores que não vêem perspectiva de melhoria de vida, pois se sentem “cansados de ouvir promessa que não se concretizam”. Como observamos, um dos exemplos disso, foi a desativação do convênio de aquisição de equipamentos para a “fabriqueta de rapadura”, que tanto poderia contribuir para a melhoria da situação financeira dos moradores.

Neste contexto, as condições socioeconômicas da comunidade, já vulnerabilizadas pelas dificuldades próprias do meio rural, tornam-se mais precárias, o que afeta diretamente os jovens remanescentes quilombolas, que não tem alternativas para modificar essa realidade. Nesse sentido, o relato de um dos representantes da comunidade expressa essa situação.

Aqui nois ta precisando de muita coisa na comunidade de melhoração “né” a família é fraca “né”, se Deus não mandar a ação divina pra nois plantar, porque já tá com três anos qui nois

9 Disponível em: <<http://empresasdobrasil.com/empresa/associacao-dos-produtores-rurais-da-comunidade-boa-sorte-06076308000105>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

não colhe nada, aqui só tamo comendo de Deus e o Cão, parece que Deus abençoou que somos aposentados “né”, aqui o que nois planta não dar. Nois ta vivendo e comendo da aposentação, os coitadinho dos netos e os fio que pode trabalhar, trabalha no plantio de banana de empregado, os que tá trabalhando ajuda dar alimento pra os que não tá trabalhando. (RQ7).

Quanto à situação socioeconômica dos jovens remanescentes entrevistados, nos depoimentos a seguir, podemos observar que a maioria deles recebe um salário mínimo ou dependem da renda dos familiares.

Recebo um salário mínimo o resto e comissão por fora, estudei até o ensino médio completo. (RQ1).

Eu não tenho nem um salário. Pois não trabalho ainda depende dos meus pais a renda aqui e de um salário mínimo. Estudei até o ensino médio completo. (RQ2).

Recebo um salário mínimo “né” (...), os meus filhos também mim ajuda nos gosto de casa, só sei assinar o meu nome não tive estudo. (RQ3).

Um salário e meio. Só estudei até o ensino fundamental incompleto. (RQ4).

Atualmente recebo um salário mínimo, estudei até o ensino médio mais não completei. (RQ5).

Sobrevivo da renda dos meus pais e da ajuda que o pai das minhas duas filhas mim dar, aproximadamente um salário mínimo. Tenho uma filha pequena só terminei o ensino fundamental completo, estou fazendo um curso técnico de agente de saúde comunitário. (RQ6).

A análise das respostas dadas pelos jovens quilombolas evidenciou as grandes dificuldades enfrentadas por eles, para permanecer na localidade. A falta de oportunidades de trabalho e geração de renda, bem como o difícil acesso a educação qualificada, ao lazer e a saúde, dentre outros, impulsiona os jovens a se deslocarem para outros municípios vizinhos em busca de melhores condições de vida.

Com relação à análise dos dados referentes a escolaridade dos entrevistados, observamos que três (03) concluíram o ensino médio, um (01) é analfabeto funcional, um (01) tem o ensino fundamental incompleto e um (01) concluiu o ensino fundamental. Considerando, os resultados quanto a essa questão, ressaltamos que para além da educação formal, “o (a) jovem que estuda, trabalha e participa de um grupo social, constrói um projeto de vida, no qual se percebe enquanto sujeito de direito, e sobretudo, um ator fundamental e estratégico para seu desenvolvimento e o desenvolvimento de sua comunidade” (FETAEMG, 2011, p.28).

Corroborando com esta análise, os dados apresentados abaixo especificam o contexto socioeconômico das comunidades quilombolas do Norte de Minas.

A economia das comunidades quilombolas é baseada em jornadas de trabalho em fazendas vizinhas; pequena produção agrícola para comercializar nas feiras e mercados próximos; migração sazonal para São Paulo, Paraná e Sul de Minas Gerais para trabalhar na panha do café e no corte de cana-de-açúcar; trabalho em empresas de mineradora ou reflorestadora de eucalipto na vizinhança da comunidade e trabalhos informais nos centros urbanos. A

migração sazonal, muito comum no norte e nordeste de Minas Gerais acarreta um grande problema social que desestabiliza e coloca em risco a continuidade física e cultural do quilombo. Hoje muitas comunidades correm o risco de desaparecer, pois a falta de perspectiva de geração de renda ou de subsistência tem criado grande migração dos moradores para os centros urbanos. Os proventos recebidos pelo governo em programa governamentais e as aposentadorias é que muitas vezes mantém a comunidade. Com o território vilipendiado e reduzido, a saúde, educação e o saneamento básico ficam comprometidos e dependentes de uma ação mais efetiva do Estado para atender minimamente esta população excluída historicamente. As comunidades quilombolas reorganizam seu modo de vida de acordo com as possibilidades que são expostas (CEDEFES, 2008, s.p.).

Nesses termos, perguntamos aos jovens quilombolas, quanto as suas condições de trabalho. A maioria dos entrevistados respondeu que exerce atividade remunerada, sendo que três (03) trabalham fora da comunidade e são assalariados com registro na carteira de trabalho<sup>10</sup>, um (01) trabalha na localidade e dois (02) não trabalham. Vejam a seguir, alguns depoimentos dos entrevistados sobre suas ocupações.

Trabalho sim. Sou ajudante de serviço geral, sou registrado e recebo um salário mínimo o resto e comissão por fora. (RQ1)

Trabalho, sou motorista de caminhão, sou registrado o salário meu sai quase um salário e meio. O salário do sindicato hoje é mil e trezentos reais, com o desconto recebo uns mil e sem reais. (RQ4).

Trabalho como ajudante de serviços gerais, minha carteira é assinada já faz um tempinho. (RQ5).

Analisando as falas dos jovens entrevistados, percebemos que as ocupações dos mesmos são distintas das atividades laborativas habitualmente desenvolvidas pela população quilombola rural. De acordo com Iamamoto (2009), o homem é capaz de criar, pensar e agir racionalmente, e consciente através de sua ação, transformar tanto a matéria quanto o sujeito na sua subjetividade, propiciando a descoberta de novas competências e habilidades humanas.

Todavia, para os trabalhadores rurais quilombolas, o trabalho na lavoura, ou seja, “lidar na roça” ainda é uma das poucas alternativas que gera renda, como é o caso do entrevistado (RQ3). “Só trabalho aqui mesmo na nossa terra, serviço de zona rural né! Serviços gerais, cultivo de milho, mandioca e criado de gado. A maior dificuldade de eu arrumar trabalho e a falta de leitura, “né”.

Segundo Lima e Tubaldini (2009), lidar com a terra é a atividade mais comum nas comunidades quilombolas. Sendo que a agricultura é desenvolvida de maneira tradicional, na qual são praticados manuseios sustentáveis, por meio do trabalho coletivo e solidário, com a produção econômica voltada principalmente para a subsistência familiar.

<sup>10</sup> A Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS substituiu a antiga carteira profissional, e foi criada pelo decreto-lei n.º 926, de 10/10/1969. É obrigatória a todos os trabalhadores seja em atividades na indústria, no comércio, na agricultura, na pecuária ou de natureza doméstica. Ela garante o acesso a alguns dos principais direitos trabalhistas, como seguro-desemprego, benefícios previdenciários e FGTS. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/ctps/carteira-de-trabalho-e-previdencia-social-ctps-1.htm>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

Nesta perspectiva, a assertiva de Antunes e Alves (2004) sobre as transformações no mercado de trabalho de hoje, se aplica ao proletariado rural que também pertence à classe trabalhadora, e como tal, vende sua força de trabalho ao capital. Como exemplo, os autores citam “os assalariados das regiões agroindustriais e incorpora também o proletariado precarizado (...) pelo vínculo de trabalho temporário, trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342).

Colaborando, para Araujo (2009), o estabelecimento de grandes empresas na região, as quais implantam seus próprios sistemas de produção, corroboram para a intensiva redução de demanda da mão-de-obra dos lavradores, impondo a estes a submissão a relações precárias de trabalho. A autora enfatiza, que atualmente em decorrência da fragilidade de algumas ocupações, bem como da desregulação de direitos trabalhistas e até da cessação das relações com os antigos proprietários da terra, na forma de “troca de favores”, as comunidades negras rurais têm suas estratégias familiares ainda mais vulnerabilizadas.

Ainda com relação às ocupações desenvolvidas pelos sujeitos da pesquisa, os seguintes relatos revelam as dificuldades das jovens mães remanescentes quilombolas, no que se refere ao acesso a educação formal e por conseguinte, a inserção no mercado de trabalho.

Não trabalho. Tenho uma filha pequena estou querendo fazer um curso técnico, pois só fiz até o ensino médio completo. Tenho muitas dificuldades de arrumar serviço, porque não tenho curso e não sou formada ainda minha maior dificuldade é essa também, tem a questão de transporte para mim levar a Cachoeirinha. (RQ2).

Não trabalho só cuido das minhas duas filhas e faço o serviço de casa mesmo, (pensativa) minha maior dificuldade é porque tenho criança pequena, e tenho dificuldade para arrumar transporte para ir pra Cachoeirinha. (RQ6).

Levando-se em consideração os relatos das jovens entrevistadas, percebemos que no meio rural, além dos serviços domésticos e os cuidados com os filhos, as mulheres desenvolvem inúmeras tarefas cotidianas, que limitam sua participação no mercado de trabalho. Tubaldini e Diniz (2011) destacam a importante participação das mulheres quilombolas na realização dos trabalhos nas comunidades, que vão desde as atribuições domésticas e o cultivo de hortas, até o trabalho nas roças, a criação de porcos, aves e gado, bem como a construção de cercas, currais e até casas.

Vale informar, que tanto o difícil acesso ao transporte para Verdelândia, onde se situam as escolas frequentadas pelos nossos entrevistados, quanto a falta de uma educação que promova a inclusão social, com a preservação e valorização da cultura quilombola, são considerados pelos jovens quilombolas como grandes desafios enfrentados pela comunidade.

No meu ponto de vista aqui não tem nenhuma educação voltada para a comunidade, a comunidade por ser uma comunidade pequena, não tem nada voltado á educação. Os meninos só (só escreve mesmo) vai pra a cidade estudar e volta pra casa ué, a educação deles aprende com o pessoal mais velho mesmo, e não tem uma matéria especifica pra eles e precisa viu! No tempo que eu ainda estudava não tinha uma matéria da nossa cultura, mas

na cidade mesmo tinha a festa de agosto que falava sobre a cultura no geral. Mais pra gente aqui mesmo não tem nenhuma. (Quilombolas mesmo só no papel). (RQ1).

(Pensativa) Assim, a educação tá sendo repassada né! Mais não tem nenhuma matéria voltada pra nós. (RQ6).

Segundo Honnêf e Fialho (2011, p.218), “no espaço escolar, (...) talvez mais no rural, muito pouco são abordadas as múltiplas culturas e diferenças étnicas que compõem nosso país, e, quando o são, geralmente é dada ênfase as etnias européias e seu destaque social e econômico”. Assim, apesar da política de educação brasileira estabelecer diretrizes curriculares, para que o espaço educacional oportunize um ensino que reconheça a história e a cultura afro-brasileira, ainda é necessário no âmbito escolar, ações efetivas, voltadas para a preservação, respeito e valorização da cultura, costumes e tradições dos povos quilombolas.

Neste sentido, a resolução 4/2010 que define as Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica, no artigo 41, estabelece que a educação escolar quilombola deve ser desenvolvida em escolas circunscritas em seus territórios e cultura, utilizando pedagogia própria, “em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade (...)”. Sendo que, “na estruturação e funcionamento das escolas quilombolas (...) deve ser reconhecida e valorizada a diversidade cultural” (BRASIL, 2010).

Honnêf e Fialho (2011) apresentam dados que demonstram a elevada porcentagem de analfabetismo entre a população negra brasileira, especialmente na zona rural. Segundo os autores, esse fato pode estar relacionado a questões preconceituosas, que além de desvalorizar os estudantes negros, os atribuem um baixo desempenho escolar, o que intimida as crianças e adolescentes, colocando-os em desvantagem em relação aos alunos brancos.

A respeito dessa assertiva, nas falas a seguir, podemos observar que os sujeitos da pesquisa têm opiniões divergentes sobre tal questão.

A educação tá seno, mas eu acho que falta mais desempenho e infelizmente tem muita criança analfabeta e essas crianças que estuda cê vê que o aprendizagem é muito ruim. O que a gente mais vê na comunidade e isso, estão formando o primeiro ano e não estão sabendo nada. (RQ4).

(Pensativo) Eu acho que a educação é boa né, todos os meninos sabe ler e escrever vai para a escola todos os dias. (RQ5).

O censo escolar<sup>11</sup> aponta as escolas que atendem as comunidades quilombolas, com os piores indicadores nacionais educacionais, sendo que também em Minas Gerais, foi constatada a precariedade dessas escolas, tanto com relação ao espaço físico e acesso a educação, quanto ao funcionamento e atendimento escolar.

---

<sup>11</sup> O censo escolar é um levantamento de dados estatístico-educacionais de âmbito nacional realizado anualmente e coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. A partir de 2004, esse instrumento inclui a declaração da presença de “escolas em áreas remanescentes de quilombos.

No que se refere à política de educação, as comunidades remanescentes de quilombo em Minas Gerais encontram-se em grande desvantagem. Desconhecimento e precariedade ainda caracterizam os indicadores do atendimento escolar. O que evidencia a especificidade da educação escolar quilombola para além da constatação e superação da vulnerabilidade? (MIRANDA, 2012, p. 378).

Nessa perspectiva, com relação ao questionamento referente à visão dos participantes acerca da educação que é ofertada na comunidade, conforme responderam os entrevistados.

A educação é legal, mais ou menos (risos) tipo assim, a gente pode ver que hoje muitos meninos daqui não sabe ler e nem escrever são muitos poucos, vai passando de serie sem saber quase nada. Eu acho assim que os professores tem que pegar no pé do aluno, não basta só escrever no quadro e falar você tem que aprender, tem que incentivar o aluno coisas que eles não estão fazendo. (RQ2).

Começou uma escolaridade aqui só que parou chamava, CIDADÃO NOTA 10<sup>12</sup>. No caso a educação não está sendo passada. Acho que é motivo maior do governo e prefeito. (RQ3).

As respostas dos jovens remanescentes quilombolas revelam, a difícil realidade da educação na comunidade e a demanda recorrente por um ensino de qualidade, que os possibilite melhores condições de vida e a esperança de um futuro mais promissor.

Corroborando Tosta e Costa (2013), com base em estudos realizados na comunidade Quilombo, Minas Novas/MG, analisam que apesar das dificuldades enfrentadas no âmbito escolar, é através da escolarização que os jovens remanescentes quilombolas poderão melhorar a sua situação socioeconômica e alcançar a ascensão social. Para as autoras, “essa busca pela melhoria das condições de vida, via educação escolar, reflete a luta histórica das populações negras por acesso e condições de permanência nos diferentes níveis de ensino” (TOSTA; COSTA, 2013, p. 172).

Diante do exposto nesta análise, percebemos que os principais entraves ao desenvolvimento da comunidade de Boa Sorte, estão relacionados a falta de seu reconhecimento como “comunidade remanescente quilombola”, visto que ausência da certificação de auto-definição e a regularização fundiária, influi sobremaneira ao acesso da população às políticas públicas, entre as quais, saúde, trabalho e educação. Observamos, no entanto, que a promoção de uma educação de qualidade para a população, pode ser uma das alternativas para a superação da situação de vulnerabilidade dos moradores da comunidade e a inserção social do trabalho dos jovens quilombolas.

Por fim, analisando as falas dos participantes da pesquisa, ficou evidente que a carência de políticas públicas e ações do Estado, nas áreas da educação, trabalho e geração de renda, na comunidade, leva os jovens quilombolas a migrar para outros municípios a procura de melhores condições de vida.

---

<sup>12</sup> O Programa Cidadão Nota 10, promove o controle e combate o analfabetismo entre jovens e adultos, e trata a alfabetização como um processo que potencializa a emancipação social das comunidades, para a gestão das políticas públicas.

Sobre o problema social da migração temporária, Martins (1997) analisa, que quando o migrante retorna a sua terra, não encontra o mesmo contexto social que deixará. Sua ausência muda o arranjo das relações sociais e efetua mudanças nas relações sociais da família e do grupo de vizinhança. Assim sendo, entendemos que a permanência dos jovens quilombolas na comunidade é de primordial importância para o desenvolvimento socioeconômico da localidade e a manutenção dos laços de pertença e solidariedade, bem como para a preservação da cultura, costumes e tradições dos quilombolas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização do presente estudo possibilitou compreender e aprofundar os conhecimentos sobre a importância das comunidades remanescentes quilombolas, seu contexto socioeconômico, as causas de seus principais problemas e as possíveis soluções para resolvê-los. A pesquisa mostrou a existência do problema, relacionado a dificuldade da inserção ao mercado de trabalho dos jovens remanescentes da comunidade, a qual não possui sua emancipação reconhecida pelo órgão federal que representa os grupos remanescentes quilombolas, a Federação Cultural Palmares – FCP.

Verificamos que os remanescentes quilombolas deparam com a falta de uma educação mais qualificada, visto que muitos moradores além de terem dificuldade para se expressar oralmente, demonstraram pouco conhecimento acerca de seus direitos, o que reduz a reflexão crítica destes, sobre a realidade social que vivenciam na comunidade.

Posteriormente a análise dos dados coletados nas entrevistas, das três hipóteses levantadas, duas foram confirmadas, as quais sugeriam que o perfil não incluso dos indivíduos nas escolas estão relacionado ao fator renda, e que a baixa escolaridade na comunidade contribui para que a maioria dos indivíduos do município com idade entre 18 a 30 anos se deslocam para os grandes centros em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Em relação à terceira hipótese, de que os protagonistas da entrevista representam o maior nível de analfabetismo do município, esta não foi totalmente confirmada. Foi constatado através desse estudo, que mesmo diante das condições precárias que dificultam o acesso a escola, a maioria dos jovens e crianças sabem ler e escrever. Neste sentido, a evasão escolar na comunidade é pouca, o que demonstra a importância da educação para os participantes da pesquisa realizar não só a concretização dos seus sonhos, mas, também enquanto sujeitos que constroem sua própria história.

A educação é de suma importância, e está diretamente relacionada a inserção social, uma vez que possibilita o sujeito a buscar sua autonomia e emancipação, assim, uma das principais ações para educação nas comunidades remanescentes quilombolas é “incentivar a relação escola/comunidade no intuito de proporcionar maior interação da população com a educação,

fazendo com que o espaço escolar passe a ser fator de integração comunitária” (BRASIL, 2003, P.61). Nestes termos, a legislação brasileira referente à educação, afirma que é necessário o reconhecimento, valorização e respeito à cultura e o modo de vida dos grupos populacionais tradicionais, dentre os quais, as comunidades remanescentes quilombolas.

Considerando a importante contribuição cultural dos povos tradicionais brasileiros, compreende-se, que a educação é um meio necessário para alcançar a inserção social do trabalho das comunidades remanescentes quilombolas. Ademais, a educação possibilita as crianças e os jovens valorizarem a sua história, seus valores, o espaço da comunidade, bem como o trabalho que é desenvolvido por eles, o que leva a uma maior interação social.

Diante dos resultados obtidos nessa pesquisa, propõe-se aos representantes da associação dos produtores rurais de Boa Sorte, a realização de encontros e reuniões com a participação de lideranças de outras comunidades, a fim de socializar experiências, partilhar informações e discutir questões referentes às comunidades quilombolas. Propõe-se ainda a realização de eventos com atividades que promovam e divulguem a cultura local, como a capoeira e batuque, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. A. As mutações no mundo do trabalho na era de mundialização do capital. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, 2004.

ARAÚJO, E. C. **Nas margens do São Francisco: Sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Paú de Légua**. 2009, 244 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Montes Claros/MG, 2009.

BRAGA, R. F. Trabalho, educação e emancipação Humana. In: CODE, 1, 2011. **Anais... IPEA**, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 4.887/2003 de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 21 de novembro de 2003.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Conselho Nacional de Assistência Social. **Relatório GT população quilombola**. Brasília: 2007.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Resolução n. 4, de 13 de julho de 2010**. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2010.

\_\_\_\_\_. **Programa Brasil Quilombola: Diagnóstico de Ações Realizadas**. 2012.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA – CEDEFES . **Quilombos de Minas Gerais no século XXI**. Organizado por Centro de Documentação Elóy Ferreira da Silva. – Belo Horizonte: Autêntica/CEDEFES, 2008.

COSTA, J. B. A.; OLIVEIRA, C. L. Negros do Norte de Minas: Direitos, conflitos, exclusão e criminalização dos quilombos. In: ALMEIDA, A. W. B. *et al.* (Orgs.) **Caderno de debates, Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos**. Manaus: Projeto Nova Cartografia da Amazônia/UEA Edições, v. 1, n. 2, 2010. p. 228-235.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FETAEMG. **Educação do campo: rompendo cercas, construindo caminhos...** 2. ed., 2011.

FREIRE, P. **A pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HONNEF, G.; FIALHO, M. A. V. A educação escolar de crianças e adolescentes remanescentes quilombolas em escolas rurais: algumas reflexões. **Revista Travessias**, v. 5, n. 3, p. 208-227, 2011.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

LIMA, G. D.; TUBALDINI, M. A. S. **Economia solidária e as comunidades rurais quilombolas de Macucos e Pinheiros – Alto Jequitinhonha**. XIX ENGA, São Paulo: 2009.

MARTINS, J. S. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1977.

MARX, K. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural, 1990, v. 1, (Coleção Os Economistas).

MIRANDA, S. A. Educação escolar em Minas Gerais: entre ausências e emergências. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 50, p. 369-383, 2012.

SILVA, L. G. **Políticas públicas de acesso ao território para comunidades quilombolas**. 2012, 98f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Universidade Estadual de Montes – UNIMONTES. Montes Claros/MG, 2012.

SILVA, S. M.; *et al.* **Quilombolas de Minas Gerais na construção de seus direitos**. 2011.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

TOSTA, S. P.; COSTA, L. M. L. Alunos quilombolas: escola e identidades eticonorraciais. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 21, n. esp., p.149-171, 2013.

TUBALDINI, M. A. S.; DINIZ, R. F. Gênero, agricultura familiar e (re) organização do espaço rural em comunidades quilombolas de Minas Novas e Chapada do Norte – Vale do Jequitinhonha/MG/Brasil. **Revista Geográfica de América Central**, v. 2, n. 47E, 2011.